



O PRESIDENTE DA ITÁLIA, CARLO CIAMPI (E), E KOFI ANNAN COMEMORAM EM ROMA A CRIAÇÃO DO TPI. PARA SECRETÁRIO DA ONU, SERÁ O FIM DA IMPUNIDADE

Criada corte para julgar carrascos da humanidade

Marina Oliveira
Da equipe do **Correio**
Com agências

Considerado durante muito tempo um sonho de idealistas, o Tribunal Penal Internacional (TPI), instância judicial permanente para julgar os responsáveis por genocídio, crimes de guerra e contra a humanidade, tornou-se realidade.

Os países-membros da Organização das Nações Unidas (ONU) deram ontem o passo definitivo para a criação da corte, com a ratificação do Estatuto de Roma, de 1998. Dez países depositaram simultaneamente seus instrumentos de ratificação diante de Hans Corell, conselheiro legal da ONU, completando o número de 60 países necessários para criar o tribunal.

O secretário-geral da ONU, Kofi Annan, declarou que a criação do TPI constitui "um golpe decisivo contra a impunidade". Annan disse, em Roma, que daqui a um ano a corte deve estar instalada e funcionando. "Vai se cumprir o velho sonho de um tribunal penal internacional permanente", afirmou Annan.

Estados Unidos e Israel, que vêm nela o espectro de uma justiça supranacional politizada e potencialmente hostil a seus interesses, foram os grandes ausentes. Além disso, China e Rússia tampouco ratificaram o Estatuto de Roma. Por isso, a

influência do TPI será reduzida, já que a corte só julgará pessoas provenientes de países incorporados ao TPI.

Os processos contam só para crimes cometidos a partir de 1º de julho de 2002. O organismo terá 18 juízes e um promotor-chefe, todos com mandato de nove anos.

BRASIL

O Brasil ainda não ratificou o Estatuto de Roma que criou o TPI, mas deve fazê-lo em dois meses. No entanto, o país corre o risco de assumir o lugar de cúmplice em

muitos processos. Até o final de junho, o Congresso deve ratificar a adesão brasileira ao TPI. Ontem, a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara aprovou o texto. Falta agora a votação no plenário da Câmara e do Senado e a assinatura do presidente Fernando Henrique Cardoso.

O massacre de trabalhadores sem-terra em Eldorado dos Carajás, ocorrido em 1997 e até hoje sem punição, é um exemplo de caso que poderia ser levado à nova corte. Os policiais militares do Pará que participaram e o governo responsável pela ação acabariam no banco dos réus.

O tribunal também não está acima da Justiça brasileira. Funcionará como uma instância superior para reduzir a impunidade. Os juízes estrangeiros entrarão em cena quando comprovada a recusa dos tribunais nacionais em julgar um crime ou demora excessiva no processo.

PRESSA

Parece estranho que o Brasil, com um passado de crimes impunes, tenha pressa em entrar para um tribunal desse tipo. "A opinião pública não aceita mais nenhum esta-

do protegendo violações dos direitos humanos", diz Tarciso Dal Maso para explicar o empenho do governo em ratificar o tribunal. Consultor do comitê internacional da Cruz Vermelha, ele coordena o grupo de trabalho do Ministério da Justiça que irá adequar a legislação brasileira ao estatuto da nova corte internacional.

O grupo tem quatro meses para concluir o trabalho de adaptação das leis nacionais à nova corte. No Brasil, por exemplo, não há prisão perpétua, uma das penas previstas pelo tribunal. Crimes de guerra como genocídio sequer existem no código penal brasileiro.

Oficialmente, o governo brasileiro não está preocupado com o passado de abuso dos direitos humanos no país. Segundo Marcos Pinta Gama, assessor especial da Secretaria de Direitos Humanos, a Justiça nacional funciona bem. "Não haverá necessidade de recorrer aos estrangeiros para garantir a punição de criminosos".

A experiência em outras cortes internacionais, entretanto, coloca o Brasil numa situação delicada. Na Organização dos Estados Americanos (OEA), por exemplo, que julga países e não indivíduos por abusos contra os direitos humanos, existem 75 queixas contra o Brasil. Somente a Colômbia, o Peru e a Guatemala possuem um número maior de casos na corte da OEA.

NEGOCIAÇÕES DIFÍCEIS

O estatuto do Tribunal Penal Internacional (TPI) foi aprovado em julho de 1998, após delegações de 120 países terem se reunido em Roma para discutir sua criação. Houve sete votos contrários — entre eles Estados Unidos, Israel, Líbia e Iraque. Ficou decidido, então, que sua sede será em Haia (Holanda), onde já funciona a Corte Internacional de Justiça. A elaboração do Estatuto de Roma não foi nada pacífica. Um grupo formado por cerca de 20 países rejeitou a ideia de se criar um tribunal independente, com amplos poderes. Entre eles estavam quatro dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU: EUA, França, China e Rússia. Do outro lado, cerca de outros 60 países não aceitavam um TPI com poderes reduzidos.